



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM- 27 a 28 de agosto de 2007

O espaço público e a territorialidade do lazer na estância turística Ilha Solteira – SP¹

Lilian Aparecida Campos Dourado²
Edima Aranha Silva³

Resumo

Este trabalho resultou de uma pesquisa acerca do espaço público de lazer inserido em Ilha Solteira-SP, cidade planejada de forma segregada sócio-espacialmente, destinada, a princípio, ao assentamento dos trabalhadores que construíram a usina e a cidade em 1967. Foi elevada à categoria de Estância Turística no ano 2000. Objetivou-se analisar o espaço público de lazer urbano, considerando sua forma e estrutura, bem como a territorialidade, a percepção dos moradores locais e visitantes. Pode constatar que o espaço de lazer com seus equipamentos destinados aos moradores urbanos estão simultaneamente imbricados à divisão social do trabalho. Nessa perspectiva este estudo visou auxiliar planejamento futuro, organização e ou reestruturação desse espaço, contribuir para uma melhor vivência na cidade, quebrar a monotonia dos blocos de casas, e aumentar o potencial turístico da cidade.

Palavras-chave: Ilha Solteira; Lazer público; Percepção ambiental; Planejamento

Introdução

Ilha Solteira é uma cidade compacta, com poucas áreas livres entre as habitações. O planejamento urbano estabelecido a partir do zoneamento habitacional, baseado na existência de seis diferentes categorias funcionais e salariais da CESP, para as quais foram definidos seis tipos de habitação conforme o tamanho do lote e tipo de residência. A divisão social em Ilha Solteira assumiu forma institucionalizada e foi determinante na vida do indivíduo, pois dela decorria, desde o tipo de casa até o local de lazer que poderia ser freqüentado, refletindo na própria estrutura da cidade que teve seu espaço físico definido pela aglomeração dos diferentes tipos de casa (DOURADO, 2004, p. 24-25).

¹ Trabalho apresentado ao GT Interfaces com o Lazer e Entretenimento - Contribuições à construção do campo teórico do IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo – ANPTUR 2007.

² Profª Mestre/UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Licenciada, Bacharel e Mestre em Geografia; Membro do Grupo de Pesquisa Espaço Urbano e Produção do Território/CNPq; E-mail: douradgeo@yahoo.com.br.

³ Profª Drª Adjunto do DCH/CPTL e do Programa de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Linha de Pesquisa Espaço Urbano e Turismo; Líder do Grupo de Pesquisa Espaço Urbano e Produção do Território/CNPq; E-mail: earanha@ceul.ufms.br.

Ilha Solteira localiza-se na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul, no extremo noroeste do Estado de São Paulo e possui 23.986 habitantes (IBGE, 2000).

Foi planejada e construída pela CESP (Companhia Energética de São Paulo) simultaneamente à Usina Hidrelétrica de mesmo nome da cidade, a construção do núcleo urbano iniciou-se em 1967 e permaneceu como distrito do município de Pereira Barreto até 1991 quando foi emancipada.

No ano 2000 foi elevada à categoria de Estância Turística devido aos recursos naturais e paisagísticos e em 2001, um programa de governo municipal a intitulou de Capital da Cultura. Hoje, mesmo com o crescimento emergente da cidade, título de Estância Turística e Capital da Cultura, a realidade sócio-espacial segregada, fruto do planejamento inicial, permanece por conta do poder aquisitivo.

Ilha Solteira hoje se volta para o turismo, trata-se de algo novo e complexo para um município de pouca idade que nasceu como acampamento, base para construção de uma Usina da CESP, portanto com um considerável processo de troca de função.

As mudanças explícitas e implícitas em Ilha Solteira impressionam os moradores e visitantes, o atual planejamento urbano municipal voltado para o turismo prioriza a melhoria das vias urbanas por onde o turista mais circula, ou seja, as vias principais. O tratamento dado a essas vias se difere do tratamento dado às áreas residenciais por onde dificilmente o turista transitará, as praças nessas áreas são menos estruturadas e esteticamente não dispõem de atrativos, se comparadas às rotatórias da Avenida Brasil, já que essas praças não têm projetos paisagísticos e requerem reformas urgentes. É evidente a importância da promoção do turismo para o desenvolvimento do município, mas o poder público deve priorizar a promoção do lazer, pois este envolve ações voltadas diretamente para a população local (DOURADO, 2004, p. 103).

Nesse contexto salienta-se que o turismo na Estância Turística de Ilha Solteira deve receber uma atenção especial, não com o intuito de propiciar melhor oferta turística ou captar maior contingente de turistas, mas sim despertar atitude cidadã, em que estão incluídos o lazer e a recreação para seus próprios habitantes. Para tanto, o (re)conhecimento do espaço urbano torna-se indispensável, especialmente o espaço público de lazer por servir a maior parte dos moradores.

O interesse da Geografia pelo Lazer e o Turismo já não é tão recente, assim como não são mais escassos os estudos realizados por geógrafos sobre esses temas. A esse respeito Cruz (2001) questiona:

De onde vem esse interesse crescente da Geografia pelo Turismo?⁴ Ao menos uma característica intrínseca da prática social do turismo pode nos ajudar a compreender esse fenômeno: o turismo é a única prática social que consome elementarmente o espaço.

Nesse contexto, pode-se dizer que o estudo do Turismo pela Geografia pretende captar a dinâmica do espaço turístico mediante a abordagem dos processos sociais, que contribuíram para a formação e articulação desse fenômeno.

De acordo com Rodrigues (2001, p. 48-50), para captar a dinâmica desse espaço é necessário realizar estudos acerca das categorias: forma, função, estrutura e processo espacial, sendo que:

A **forma**⁵ refere-se ao espaço visível – a paisagem. Dentre as categorias de análise espacial, é o estudo da forma que pretende expressar a “concretude” do espaço. O estudo da **função** pretende decompor o espaço turístico nos seus elementos – oferta, demanda, transporte, infra-estrutura, serviços, gestão e marketing. A análise da **estrutura**, que extrapola o estudo da forma, pretende expressar a dependência mútua entre as partes do todo, ou seja, a funcionalidade espacial. O estudo do **processo espacial** objetiva investigar a evolução da estrutura no seu todo ou em suas partes.

Referente à produção do espaço turístico, o turismo pode tanto introduzir no espaço novos elementos, para permitir o desenvolvimento dessa atividade, quanto absorver outros preexistentes (equipamentos de lazer, infra-estrutura, serviços, etc...) para atender nova demanda de uso, ou seja, a demanda turística.

No caso de Ilha Solteira o primeiro atrativo utilizado foi a usina hidrelétrica. O local era visitado por alunos da rede pública, particular e pessoas de outras localidades (turistas). Devido a grande dimensão do lago, 21 bilhões de m³, de acordo com o Jornal “O Barrageiro” (1974). O lago formado pela barragem e a proximidade com o espaço urbano propiciaram posteriormente a construção de duas praias Marina e Catarina, que nos finais de semana atraíam grande quantidade de pessoas.

Com o passar dos anos as praias se tornaram mais conhecidas na região, o que aumentou ainda mais o número de visitantes. Esses equipamentos recebem atenção especial do poder público com investimentos em infra-estrutura e serviços. Cabe salientar que atualmente (2006) atividades como festas nos finais de ano, carnaval na praia, entre outros eventos são realizados nas praias.

⁴ Em destaque os questionamento feito por Cruz (2001) a respeito do interesse da Geografia pelo Turismo.

⁵ Em destaque as categorias citadas por Rodrigues (2001) para análise da dinâmica do espaço.

Segundo Damiani (2002, p. 47) “O turismo e o lazer não são sinônimos; o primeiro, aperfeiçoado, pode tender a se aproximar do segundo; este, de caráter irredutível. [...] O uso preenche de significado o lazer e é vivido como ausência, e ao mesmo tempo, exigência de presença, no consumo determinado pelo turismo”.

Em suma, pode-se afirmar, que os equipamentos de lazer só se tornam efetivamente equipamentos de lazer se forem determinados e/ou delimitados pela população local de acordo com suas necessidades, o que implica em apropriação do espaço, sentimento de pertencimento, exercício de territorialidade. Fato esse, que independe da condição sócio-econômica da população e da valorização do tempo livre no mundo da mercadoria.

A autora em epígrafe salienta que:

O lazer é, também, uma conquista. Nos espaços periféricos mais populares, o caráter de conquista dos lugares é evidente. Dramática e coletivamente eles são conquistados, sendo expressões da identidade irredutível dos espaços empobrecidos da ação solidária de homens, mulheres e, mesmo, das crianças – as ruas fechadas para a prática de esportes: os bares clandestinos e os campos de futebol nos conjuntos habitacionais programados, sem sua presença: as praças conquistadas, etc (Id., p. 47).

É fato recorrente a “revitalização” ou criação de equipamentos de lazer pelo poder público sem a prévia consulta à população do entorno. Muitas vezes os resultados são desastrosos. Acontece a implantação de praça onde funcionava um campo de futebol, que mesmo em condições precárias atendia aos anseios da população local; demolição de praças antigas com todo seu conjunto de vegetação e equipamentos históricos para construção de praças modernas, entre outras situações.

A atual administração da Estância Turística Ilha Solteira investe no turismo, mas carrega os resquícios do passado: a realidade social segregada fruto do planejamento inicial, que permanece por conta do poder aquisitivo. É preciso pensar o turismo, mas, não se pode esquecer o lazer como possibilidade de quebrar a monotonia dos blocos de casas, estabelecer vínculos afetivos, e até mesmo, mas não prioritário, aumentar o potencial turístico da cidade.

Sobre segregação Carlos (1992) escreve: “[...] A desigualdade que pode ser percebida no olhar-se a paisagem é consequência dos contrastes decorrentes do processo de produção capitalista. [...] Essa produção cria uma nova configuração espacial que é diferenciada, contraditória, que confere valores de uso e segrega a sociedade”.

Yázigi (1996, p. 40), ao discorrer sobre o tema “A personalidade do lugar no planejamento turístico: a busca de uma metodologia” ressalta:

Apesar de estar produzindo um texto para o planejamento do turismo, reconheço que antes de tudo tem de se ter em mente o habitante do lugar independentemente do turismo. Sou da opinião que resolvendo seu cotidiano e este oferecendo algo de diferencial estar-se-á propondo turismo.

Destaca-se ainda, que a urbanização crescente dos dias atuais, onde a população está cada vez mais sufocada em meio ao concreto das cidades em rotinas exaustivas, contribui para o crescimento da busca por atividades prazerosas para preencher o tempo livre.

Jacobi (1998, p.1), escreve: “O acesso ao lazer urbano – parques, praças, hortos, entre outros – e outras formas de contato com a natureza e de combate ao stress são, acima de tudo, uma garantia da preservação da qualidade de vida”.

Dessa forma, o lazer funciona com fonte de equilíbrio em meio à agitação do cotidiano enquanto gera novas fontes econômicas. O turismo é uma das formas de lazer, procurando organizar e planejar o tempo cada vez mais escasso da vida moderna.

O espaço de lazer, com sua diversidade de equipamentos, pode promover o encontro e alegria de pessoas desumanizadas pelo cotidiano na cidade; nas grandes cidades, pode transpor o limite da “cidade das necessidades elementares”, que define as periferias urbanas, ou ser residual à funcionalização dos espaços urbanos, que caracteriza as concepções e estratégias urbanísticas mundializadas (DAMIANI, 1997).

Em Ilha Solteira pode-se observar essa “funcionalização” por meio do aproveitamento de “pequenos retalhos” do espaço de lazer que são transformados em praças, geralmente localizadas próximas a vias de circulação intensa de veículos, o que somado a ausência de infra-estrutura compromete o uso e conseqüentemente, a possibilidade de encontro e alegria.

Vale lembrar ainda, que Lefebvre (1991) assevera que o direito à cidade só pode ser concebido como direito à vida urbana, transformada, renovada e o direito à natureza deve entrar para a prática social em favor dos lazeres.

Luchiari (2000, p. 37) destaca que o planejamento turístico deve considerar o revitalismo das cidades, não no sentido estrito de uma refuncionalização, mas de uma (re) significação, incluindo aí o tempo e o espaço da vida cotidiana e do lazer, ou seja, dos sujeitos do turismo e dos sujeitos que constroem e habitam a cidade.

É importante ressaltar que isso significa adotar políticas de turismo integradas às de planejamento urbano, que atendam aos interesses da comunidade local e não exclusivamente aos interesses dos turistas.

As administrações públicas municipais nem sempre apresentam eficiência com relação à implantação de seus projetos e o atendimento aos interesses e necessidades da população. Alguns setores do poder público municipal conseguem um resultado satisfatório na execução das ações, porém outros apresentam significativas deficiências e não respondem aos anseios da maioria.

No caso da gestão dos espaços de lazer, os órgãos públicos responsáveis pelo planejamento urbano municipal, deixam a desejar quando não consultam a população local antes de planejar e executar as obras, o que resulta na organização de espaços que muitas vezes não agradam aos moradores por não disporem de estrutura e atrativos que correspondam aos anseios da dos mesmos.

Ao longo dos estudos referentes ao Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia), com o tema: As praças e a percepção ambiental da população: um estudo do lazer na Estância Turística Ilha Solteira, foi possível constatar que Ilha Solteira traz resquícios da construção segregatória, pois há no espaço urbano da construção inicial (maior parte da cidade), uma nítida divisão de classes sociais, que envolve desde o tamanho de moradias; os tipos de serviços disponíveis; a espacialização de áreas verdes até a forma de consumo do espaço de lazer.

Considerando que os setores da cidade onde se concentram moradias destinadas às pessoas de classe social de alto estatus, apesar de terem pouca ou nenhuma praça, têm muitas áreas verdes com tratamento paisagístico e várias destas áreas desempenham funções de praças. Já os setores que concentram residências para pessoas de classe social mais baixa contam com mais praças, mas isto não se configura como grande vantagem, porque nessas áreas concentram um grande número de ou moradores e as praças na maioria das vezes se constituem nas únicas áreas livres e foram construídas sem planejamento, não dispõem de infra-estrutura e tratamento paisagístico necessários.

Ressalta-se, ainda, que pelo fato de Ilha Solteira tornar-se Estância Turística, há uma grande demanda por equipamentos urbanos, por parte dos turistas e dos moradores locais.

Nos últimos anos, o lazer tem desempenhado um papel fundamental para a economia e qualidade de vida da sociedade. O turista procura por espaços que possam oferecer atrativos dos mais variados tipos, o que possibilita ao turismo movimentar enormes somas de recursos e um grande fluxo de pessoas. Sendo assim, os recursos ambientais interagem com o lazer, a cultura e a saúde da população local, o que torna primordial a adoção de medidas para manutenção do equilíbrio das condições ambientais, para que a qualidade de vida das gerações seja preservada e incrementada como um direito fundamental de todos.

Cabe aos municípios, em suas políticas públicas, promover a criação de equipamentos de lazer destinados à comunidade, tais como parques e áreas verdes, os quais devem ser preservados e administrados de maneira adequada. O lazer é um fator fundamental na qualidade de vida das pessoas e é um compromisso dos gestores públicos encarregados de conduzir o processo de formulação de políticas, que venham ao encontro das aspirações da população.

Nesse contexto, realça-se a importância de se estudar o espaço público de lazer em uma Estância Turística, no caso Ilha Solteira, sob os seguintes questionamentos: Como está estruturado o espaço de lazer público em Ilha Solteira? Quais são os territórios delimitados nesse espaço? Qual é a territorialidade manifestada pela população nesses espaços? Qual é a percepção que a população tem da cidade e do lazer público?

Destaca-se a importância de que estas questões precisam ser pensadas à partir do contexto peculiar da área de estudo, ou seja, cidade planejada de forma sócio-espacial segregada, e que o espaço público de lazer se insere no tecido urbano cuja cidade que vivencia uma nova função, o turismo.

Objetivou-se avaliar e analisar (quali-quantitativamente) o espaço público de lazer urbano da Estância Turística, considerando sua forma e estrutura, bem como a territorialidade e a percepção dos moradores locais.

A pesquisa recorreu aos acervos bibliográficos históricos de Ilha Solteira, da CESP e Prefeitura Municipal, além da revisão de literatura pertinente ao tema da pesquisa.

Para desenvolver o tema proposto foram adotadas duas bases metodológicas, sendo uma quantitativa e outra qualitativa trabalhadas na planta urbana (escala 1:5.000) impressa (Prefeitura Municipal de Ilha Solteira) e no formato digital (Universidade Estadual Paulista UNESP Ilha Solteira), que trabalhada no software Auto Cad 2000 (Figura 1) possibilitou a espacialização e delimitação das áreas dos equipamentos que compõem o espaço público de lazer, e por meio de saídas à campo realizou-se o reconhecimento.

Para esse levantamento, utilizou-se ainda, com adaptações, a base metodológica proposta por De Angelis e Angelis Neto (1999, p. 946) que consiste na elaboração de formulários para coleta de dados e análise para posterior diagnóstico.

A pesquisa qualitativa utilizou dados obtidos em entrevista, cujo roteiro consistiu em questões fechadas e abertas, que investigaram os entrevistados, sobre suas atitudes, valores e opiniões a respeito da cidade e dos equipamentos que compõem o espaço público de lazer.



LEGENDA: Relação dos setores componentes da pesquisa

1 COHAB	6 Jardim Novo Horizonte	8 Jardim Morumbi
2, 3, 4 e 5 Construção inicial	7 Jardim Aeroporto	9 Jardim Santa Catarina

Figura 1 - Mapa da cidade de Ilha Solteira dividido em setores de pesquisa

Fonte: Prefeitura Municipal e Polícia Militar de S. P. Org: Lilian A. C. Dourado, 2006

Foram entrevistados dois a três moradores escolhidos aleatoriamente nas proximidades dos 89 equipamentos públicos de lazer levantados na pesquisa quantitativa, num total de 236 entrevistados. Para melhor caracterizar o espaço pesquisado se utilizou também de imagens fotográficas e verificações “in loco”.

A cidade e o espaço público de lazer

Após a reflexão acerca do lazer procurou-se informações e entendimentos ao objeto de estudo: “O espaço público de lazer em Ilha Solteira”. Para tanto foi preciso entender o que é público e buscar referenciais para análise desse espaço no urbano.

O termo público tem variados significados. Para Barretto (1999, p. 38) esse conceito está associado ao conceito estatal, gerido pelo Estado (Governo), nacional, estadual, municipal e também está associado ao uso público, das pessoas em geral, portanto de uso coletivo.

Destaca-se que a definição adotada de espaço público, mais especificamente o de lazer, objeto desta pesquisa, é a de espaço de uso coletivo, gratuito e administrado pelo poder público, ou seja, o município. Portanto no caso de Ilha Solteira, esse espaço compreende equipamentos como: praças, campos de futebol, quadras e áreas verdes.

Os critérios adotados para apropriação e vivência dos territórios de lazer em Ilha Solteira foram estabelecidos pela CESP, quando zoneou a cidade em Zona Norte e Zona Sul e

determinou qual o tipo de pessoas e a que classe social pertenciam os seus respectivos moradores.

Essa decisão imposta pelo ente planejador e gestor dos espaços de moradia tem implicações ainda hoje: “quanto às identidades territoriais e os sentimentos de lugar, com base, sobretudo, da valorização dos espaços vividos pela população”, como explica Souza (2004, p. 103).

Isso significa dizer que: “O estudo da territorialidade se converte em uma análise da atividade humana no que diz respeito à semantização do espaço cultural” (HAESBAERT, 2006, p. 70).

Em pesquisa por meio da planta urbana do município, impressa e digital e saídas à campo constatou-se que o espaço público que compreende o território das práticas de lazer em Ilha Solteira é composto por 89 equipamentos de lazer categorizados como: praças, quadras, campos de futebol, áreas verdes e equipamentos com acesso controlado (Bibliotecas, Jardim Zoológico e Brinquedoteca). Esses equipamentos estão distribuídos nos 9 setores da pesquisa conforme a Tabela 1 e a figura 2:

Tabela 1 – Categorias do espaço público de lazer em Ilha Solteira

SETOR	EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE LAZER					DADOS GERAIS		
	Praça	Campo de futebol	Área Verde	Quadra poli esportiva	EPL com acesso controlado	Área do Setor (m ²)	Área (m ²) de EPL* por setor	Número Habitantes por Setor
1	0	1	3	1	0	274.639	5.726	1.903
2	8	2	1	0	1	874.977	30.046	3.632
3	4	1	6	1	0	1.232.544	20.155	5.297
4	3	3	5	0	0	637.735	36.803	3.286
5	1	0	20	0	0	863.784	157.254	2.274
6	0	1	3	1	2	440.899	198.418	562
7	2	3	0	1	2	1.041.374	9.449	4.192
8	2	1	4	0	0	207.496	20.002	981
9	2	1	3	0	0	270.698	13.068	1.091
TOTAL	22	13	45	4	5	5.844.146	490.921	23.218

Fonte: Trabalho de campo, realizado em 2006. Org. por Lilian Ap. C. Dourado

Adotou-se a definição de espaço público lazer de Macedo (1997, p.2), com adaptações nesta pesquisa: “Todo e qualquer espaço destinado prioritariamente ao lazer público e gratuito, seja ele de uso ativo, passivo ou misto”.

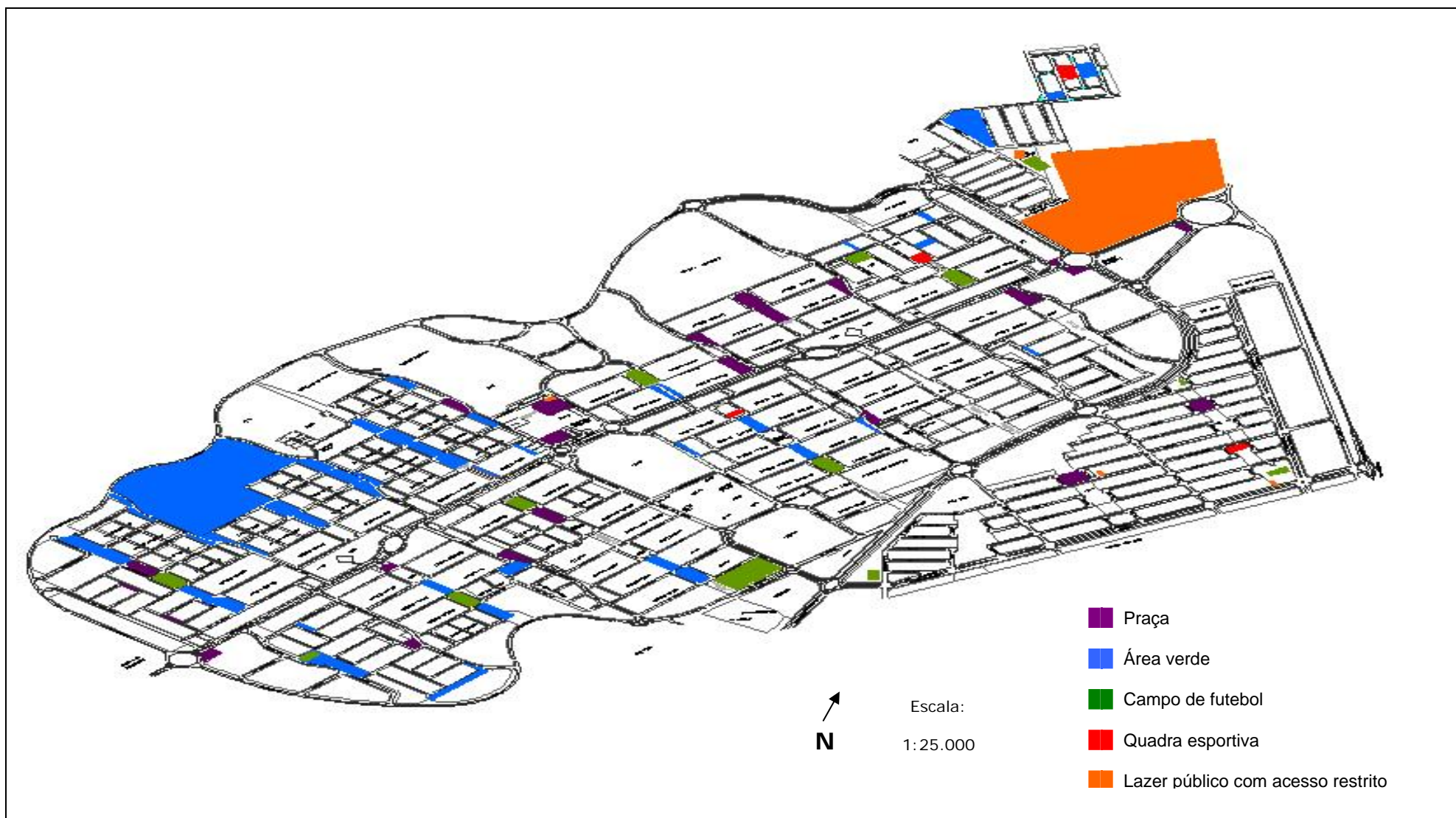


Figura 2 – Mapa do espaço público de lazer em Ilha Solteira – SP: espacialização dos equipamentos
Fonte: Mapa base Prefeitura Municipal de Ilha Solteira, coleta de dados e organização: Lilian A. C. Dourado (2006)

Pode-se observar durante a pesquisa que os moradores têm uma relação diferenciada com o espaço público de lazer, representada por duas atitudes bem diferentes: ou se apropria do espaço público e o qualifica como território, ou o trata com indiferença e se isenta de qualquer cuidado com aquele espaço.

O que corrobora com Barretto (1999, p.39) em sua pesquisa intitulada “Espaço público: usos e abusos”:

É observável que os usuários têm uma relação dicotômica com o espaço público, representada por duas atitudes bem diversas: ou bem o usuário se apropria do espaço público (atitude que chamaremos de privatização do espaço de uso coletivo), ou bem faz uso equivocado desse espaço, sujando-o e até depredando-o (atitude que chamaremos de mau-trato do espaço de uso coletivo). Ambas as atitudes estarão designadas genericamente como transgressão.

E importante salientar que a noção de limite é um dos componentes gerais de toda prática, não somente espacial. Seria fácil mostrar que a imagem da noção de limite é quase universal em todos os tipos de práticas e de conhecimentos. Definir, caracterizar, distinguir, classificar, decidir, agir implicam a noção de limite é preciso delimitar. Nesse contexto, falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação (RAFFESTIN, 1993).

Nesse caso, assim como para Haesbaert (2006), existe o território dos moradores, os quais conhecem os códigos territoriais e as relações de poder que determinam os seus limites para a prática do lazer, ou seja, a territorialidade dos moradores da Zona Norte diferencia-se da territorialidade daqueles que residem na Zona Sul.

A análise dos dados obtidos ao longo da pesquisa mostrou que a maior parte dos equipamentos de lazer são públicos, por determinação municipal, mas, são privados ou mistos no uso e apropriação pelos moradores.

Dessa forma, muitos equipamentos que compõem o espaço público de lazer em Ilha Solteira não são de conhecimento da população, seja por ignorar a verdadeira função daquele espaço, ou por não ser receptivo no local.

A fim de sintetizar tomou-se como exemplo os setores 3 e 5; lembrando que o setor 3 está na Zona Norte e é composto por grande quantidade de casas geminadas e o

setor 5 na Zona Sul, é composto, maior parte, por casas separadas destinadas aos antigos níveis 5 e 6 (mão-de-obra qualificada na CESP).

No setor 3, a densidade habitacional é alta, com poucas áreas livres, geralmente apropriadas pelos moradores do entorno desses espaços, aos demais moradores resta apropriação de equipamentos não específicos de lazer como ruas (vielas), o que acarreta uma série de problemas.

A realidade do setor 5 é diferente, a densidade habitacional é baixa e contraditoriamente, esse é o setor da pesquisa que mais tem equipamentos de lazer. São 19 áreas verdes, muitas, com melhor paisagismo e bem cuidadas que a maior parte das praças da cidade, além da área de lazer que abrange uma grande parte no setor.

As áreas verdes são usadas pelos moradores do setor que, delas cuidam muito bem e a área de lazer, em decadência nos dias atuais, é de uso público, mantida pela prefeitura.

Numa análise geral, Ilha Solteira possui um grande número de equipamentos públicos, que organizados estatisticamente impressionaria e confirmaria o alto número de equipamentos por habitante, mas esse tipo de análise não reflete a realidade vivenciada pelos moradores, visto o que se pode constatar na comparação dos setores 3 e 5. Gomes (2002, p. 185-186), lembra que:

Abandonados pelos poderes públicos e pela população que mais efetivamente dispõe de meios de exercer e reclamar a cidadania, os espaços públicos se convertem em terra de ninguém, sem regras de uso, perdem sua característica fundamental, ou seja, a de terreno de convivência, associação social, encontro entre diferentes, ou em uma palavra, espaço democrático. Desgaste, sujeira, desrespeito e invasões são, pois, algumas características frequentes nesse tipo de espaço, sem que isso gere de fato uma reação efetiva da população.

A falta de manutenção (26%) nos espaços de lazer públicos foi apontada pelos moradores como o mais necessário para sua melhoria, seguido de arborização (17%), em terceiro ficou a colocação de bancos (16%) e iluminação (16%), dentre outras opções. Quando questionado a respeito da administração pública dos equipamentos de lazer a soma dos que consideraram como péssima, ruim ou regular chegou a 80% e 19% declarou que considera boa, apenas 1% considerou como ótima.

A revitalização de certos equipamentos públicos sem consulta prévia a população é um fator recorrente em muitos lugares, pois as pessoas que diretamente usufruem desses equipamentos poderiam optar pela melhor aplicação de recursos e que

resultaria numa melhor utilização dos mesmos. Os moradores de Ilha Solteira quando questionados se os equipamentos públicos de lazer fossem revitalizados para atrair outras pessoas, concordariam ou não, 82% disseram que sim (concordaria).

Considerações Finais

Considerou-se que o lazer é de fundamental importância na qualidade de vida das pessoas, especialmente o lazer público por ser o de maior acesso para grande parte da população.

Os resultados apontaram que o espaço público de lazer em Ilha Solteira é composto por 89 equipamentos, no entanto, os mesmos não estão dispostos de forma igualitária.

A cidade se desenvolveu a partir do planejamento inicial, que promoveu uma segregação sócio-espacial no espaço urbano que privilegiou uma camada social em detrimento de outra. Isso se refletiu e se reflete até os dias atuais, entre outras coisas, no ordenamento quantidade e qualidade dos equipamentos públicos de lazer, uma vez que, os moradores confinados em seus passeios (setores) não se sentem no direito de usufruírem dos equipamentos de lazer próximos (outros setores). Estes moradores estão desterritorializados dos territórios de lazer.

Esse morador fica na maioria das vezes restrito ao seu setor ou ainda à sua viela, não apenas por causa das distâncias físicas a serem superadas, mas também, pela distância da classe social.

Em linhas gerais a qualidade ambiental do espaço público de lazer se diferencia de acordo com o setor em que está inserido, ou seja, de acordo com os padrões sócio-econômicos.

Os equipamentos públicos de lazer mais estruturados, com boa localização para o uso e bem arborizados localizam-se nos setores ocupados por moradores de alto poder aquisitivo, enquanto que nos demais setores o que se vê é a precarização desses equipamentos: praças mal localizadas, próximas à via de circulação intensa; espaços inadequados em arborização ou estrutura física.

Destaca-se que o poder público apresente alternativas para melhoria destes equipamentos, gerencie melhor os recursos financeiros advindos do fundo estadual para as Estâncias Turísticas e que realize consultas prévias junto à população que é a

principal interessada neste equipamento, uma vez que são os moradores quem realmente o utilizarão, e em segundo plano os turistas, que eventualmente freqüentam a cidade.

Ressalta-se aqui que, ao contrário do que usualmente ocorre, um bom projeto não pode ser pautado ou ficar atrelado aos anseios, vontade ou ainda “caprichos” do representante do poder executivo municipal. Mormente, quando este cria um equipamento por meio de uma lei, com anuência do poder legislativo e este equipamento tem apenas uma placa alusiva à inauguração, pois serve apenas ao propósito de perpetuar o seu nome como mentor daquele equipamento.

É importante que haja maior preocupação com a organização espacial do espaço público de lazer. Os resultados da pesquisa revelaram que a categoria “espaço público” precisa ser analisada e organizada sob as bases de cidadania para que as mudanças nesses espaços promovam o aumento da qualidade de vida da população.

Referências bibliográficas

BARRETTO, Margarita. Espaço público: usos e abusos. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Org). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 38-54.

CARLOS, Ana Fani. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992. 104 p.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. Espaço e Geografia. São Paulo: Roca, 2001. 102p.

DAMIANI, Amélia Luisa. Turismo e lazer em espaços urbanos. In: RODRIGUES, Adyr Balastri (Org.). **Turismo modernidade globalização**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. Turismo e lazer em espaços urbanos. In: RODRIGUES, Adyr Balastri (Org.). **Turismo modernidade globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997.

DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos; ANGELIS NETO, Generoso de. A praça no contexto da engenharia urbana: metodologia de avaliação. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 21, n. 4, p. 941-948, 1999.

DOURADO, Lilian Aparecida Campos. **As praças e a percepção ambiental da população: um estudo do lazer na Estância Turística Ilha Solteira**. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas – MS, 2004 (Monografia)111 p.

_____. O espaço público e a territorialidade do lazer na Estância Turística Ilha Solteira – SP. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana – MS, 2007 (Dissertação) 189 p.

YÁZIGI, Eduardo. A personalidade de lugar no planejamento turístico: a busca de uma metodologia. CORRÊA, Tupã Gomes (Org.). **Turismo e lazer**: prospecções da fantasia do ir e vir. São Paulo: Edicon, 1996. p. 29-40.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 304 p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 400 p.

INAUGURADA a Usina de Ilha Solteira. **Jornal O Barrageiro**, Ilha Solteira, ano XII, nº 584, 18 de jan. de 1974.

JACOBI, Pedro. Lazer, ambiente e cidadania: Implicações sociais e ambientais da ampliação do acesso ao lazer. In: _____.(Ed.). **Lazer, cidadania**: meio ambiente, Ano III, n. 9, p. 1, mar.-jun., 1998.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991. 145 p.

LUCHIARI, Maria Tereza. Turismo e meio ambiente na modificação dos lugares. In: **Turismo em análise**, v. II, nº 1, maio, 2000, p. 35-43.

MACEDO, Silvio Soares. **Paisagem urbana**: os espaços livres como elementos de desenho urbano. In: ENCONTRO INTERDISCIPLINAR SOBRE O ESTUDO DA PAISAGEM, 2., 1996, Bauru. Anais... Bauru: Editora da UNESP, Cadernos Paisagem 1., 1996. 11p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Trad.: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Adyr Aparecida Balastrieri.. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2001. 158 p.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 560p.

_____. Espaços da participação popular: algumas observações acerca da territorialidade do orçamento participativo em cidades brasileiras. **Revista cidades**. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, v. 1, n. 1, p. 97-116, jan-jun. 2004.